

# REVOLUÇÃO E CONTRARREVOLUÇÃO NA ATUALIDADE

Ivo Tonet

## Introdução

É inegável que a humanidade está vivendo uma crise de gravíssimas proporções e com devastadoras consequências especialmente para os trabalhadores. Também é inegável que inúmeras lutas, das mais restritas às mais amplas, estão sendo travadas contra os seus efeitos perversos. Todavia, também é inegável que não está em curso nenhuma luta que vise a superação radical do capitalismo e a construção de uma forma comunista de sociabilidade.

Sabemos que uma revolução é um processo que, em determinado momento, chega a uma intensa explosão. Pelo menos é o que podemos constatar examinando as revoluções acontecidas até hoje. Como, então, poderíamos classificar o momento atual? Estaríamos vivendo um momento, processual, revolucionário ou um momento contrarrevolucionário? Para responder a essa pergunta precisamos, antes de mais nada, esclarecer o que entendemos por revolução e contrarrevolução.

Infelizmente, o termo revolução está muito desgastado. Utilizado indiscriminadamente, perdeu inteiramente seu poder explicativo. Qualquer troca de poder do Estado, qualquer luta mais ampla que põe em causa o poder político e até golpes de Estado, tudo isso passou a ser chamado de revolução.

Desse modo, é preciso resgatar seu sentido, de modo que ele possa contribuir para compreender o processo histórico real. Todavia, não é de nosso interesse buscar a história do termo revolução. Interessa-nos, aqui, buscar o sentido do termo a partir dos pressupostos marxianos.

Por isso mesmo, e para evitar cair em um estéril confronto de opiniões, julgamos oportuno expor, ainda que brevemente, esses pressupostos, pois eles orientarão a nossa resposta às questões acima formuladas.

## 1. Pressupostos

Vale lembrar o que afirmaram Marx e Engels em *A ideologia alemã* (2009, 23-24):

As premissas com que começamos não são arbitrárias, não são dogmas, são premissas reais e delas só na imaginação se pode abstrair. São os indivíduos reais, a sua ação e as suas condições materiais de vida, tanto as que encontraram quanto as que produziram pela sua própria ação. Essas premissas são, portanto, constatáveis de um modo puramente empírico.

Partir do processo real, histórico e não das ideias que os homens fazem sobre ele é o que nos recomendam esses autores. O que nos diz, então, em termos essenciais, o processo histórico? Em primeiro lugar, que o trabalho, no sentido do intercâmbio do homem com a natureza para transformá-la e adequá-la ao atendimento das suas necessidades, é a categoria fundante do mundo social<sup>1</sup>. Em segundo lugar, que todo modo de produção sempre terá como seu fundamento uma determinada forma de trabalho. Em terceiro lugar que, no capitalismo, o fundamento é constituído pelo trabalho dos proletários. E, em quarto lugar, que, no processo revolucionário proletário, o fundamento deverá ser o trabalho associado.

Mas, além disso, o processo histórico, também nos diz que todas as outras dimensões da atividade humana – socialidade, linguagem, educação, conhecimento, religião, Direito, política, arte, etc. – dependem – ontologicamente – do trabalho. O que significa que nenhuma delas tem o caráter fundante que é próprio daquele. Todas tem uma autonomia – relativa em relação ao trabalho – portanto, não são meras emanações dele, e também retroagem sobre todas as outras, mas nenhuma delas funda o ser social.

Outro pressuposto importantíssimo, que resulta do ato fundante do processo histórico: a relação entre subjetividade e realidade objetiva.

Como sabemos, o ato do trabalho é uma síntese entre o momento subjetivo – prévia ideação, por teleológico – e o momento objetivo – realidade natural. Ambos têm o mesmo estatuto ontológico, isto é, ambos são momentos do ser de modo que, neste sentido, nenhum é superior ao outro. Isto significa que a subjetividade não é um fenômeno secundário, mas integra o ato do trabalho de maneira ativa e substancial.

Todavia, isto é apenas parte da verdade. Na relação entre o momento subjetivo e o momento objetivo ainda deve ser evidenciada a questão da regência. Quem exerce o papel de momento determinante do processo. Neste sentido, é a realidade objetiva que assume o papel de momento determinante. Por que? Porque é ela que põe o campo de possibilidades no interior do qual a subjetividade pode atuar. Este campo de possibilidades não é algo rigidamente definido. Ele

---

<sup>1</sup> Considerando que essa categoria foi mal entendida, rejeitada ou relegada a segundo plano, mesmo no interior do marxismo, entendemos que a ênfase nela é de capital importância. Nesse sentido, sugerimos a leitura de: *Para uma ontologia do ser social* e de *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*, de G. Lukács, *Para compreender a ontologia de Lukács e Mundo dos homens*, de Sérgio Lessa.

tem uma certa elasticidade. Cabe ao sujeito alargar, mais ou menos, essa possibilidade. Todavia, essa elasticidade tem limites. Atingidos estes, fica impossibilitado qualquer intervenção subjetiva que modifique essencialmente a situação. A ação da subjetividade deve se efetuar dentro do campo de possibilidades posto pela realidade objetiva. A inexistência de elementos sobre os quais a subjetividade possa operar configurará, sempre, um beco sem saída. Todo intento de superar esse beco sem saída estará condenado ao fracasso.

Finalmente, o processo histórico essencial também nos diz que a existência da propriedade privada, das classes sociais, da luta de classes e do Estado não são elucubrações meramente teóricas, mas fatos reais.

Essas constatações serão de fundamental importância ao abordarmos a problemática da revolução e da contrarrevolução.

## **2. O que é revolução?**

A partir desses elementos essenciais, podemos, agora, abordar a problemática da revolução e da contrarrevolução.

Se é verdade que o trabalho é a categoria fundante do mundo social; se é verdade que toda forma de sociabilidade tem como seu fundamento uma determinada forma de trabalho, então podemos concluir que uma revolução, isto é, uma transformação que altera pela raiz a totalidade social, que muda essencialmente um determinado modo de produção, terá, sempre e necessariamente, como seu momento essencial, uma determinada forma de trabalho.

Se examinarmos o processo histórico, veremos que é isso que aconteceu. A humanidade atravessou, até hoje, vários modos de produção, entre os quais os mais conhecidos são: comunidade primitiva, escravismo, feudalismo e capitalismo. Todos eles tinham, como seu fundamento, uma determinada forma de trabalho. A transição de um para outro implicou, sempre, uma transformação em um conjunto de aspectos – econômicos, políticos, sociais, ideológicos e outros. Todavia, os aspectos econômicos sempre foram os mais fundamentais. Porque sem a transformação da natureza não pode haver existência humana. E, entre esses, a forma do trabalho, isto é, as relações que os homens estabelecem entre si no processo de transformação da natureza, perfaz o núcleo mais essencial. Assim, temos a coleta dos frutos da natureza, o trabalho escravo, o trabalho servil e o trabalho assalariado. Nesse sentido, poderíamos afirmar que houve revoluções na passagem da comunidade primitiva ao escravismo, do escravismo ao feudalismo e do feudalismo ao capitalismo.

Sabemos que o uso do termo revolução não é comum para a transição do escravismo ao feudalismo. No entanto, é utilizado tanto para a transição da comunidade primitiva – revolução neolítica – como para a passagem do feudalismo ao capitalismo. Não é nosso propósito discutir os porquês desse uso.

Lamentavelmente, a historiografia tradicional enfatiza muito mais os aspectos políticos e ideológicos do que as transformações na forma do trabalho. Isto não é de surpreender, dado o caráter idealista dessa historiografia. Surpreendente mesmo é a posição da maioria dos marxistas. Referindo-se a esses acontecimentos no mundo moderno, também para eles a dimensão política é aquela que mais caracteriza uma revolução. Assim, fala-se em revolução inglesa, francesa, russa, chinesa, cubana, vietnamita, sandinista, portuguesa, iraniana, etc. Todas elas, de alguma maneira, são consideradas revoluções e, algumas, revoluções socialistas. Isso para não falar de outras lutas, como, atualmente, na Síria e no norte africano, que determinados agrupamentos marxistas também consideram movimentos revolucionários.

Quanto à Inglaterra e à França, não há dúvida, pelos menos entre os marxistas, de que se tratou de autênticas revoluções. Quanto a Irã, Portugal, Síria e norte africano também não há a menor dúvida de que não se tratou de revoluções no sentido que expusemos acima. Mudanças ou tentativas de mudanças no poder do Estado sem nenhuma alteração profunda, essencial mesmo, na dimensão econômica não configuram um processo revolucionário.

Quanto às outras, – russa, chinesa, cubana, vietnamita – a questão é diferente. Certamente, em todas elas houve transformações, até bastante profundas, no âmbito da economia. Extinção da propriedade privada, planejamento geral da economia, estatização da terra, dos bancos, da indústria e do comércio. No entanto, como se pode ver, em nenhuma delas houve uma mudança essencial na forma do trabalho. Não basta haver transformações, por mais amplas que sejam, na economia. Para que haja uma revolução socialista é preciso que haja uma mudança radical na forma do trabalho, eliminando o trabalho assalariado e, em seu lugar, instaurando o trabalho associado. É óbvio que se trata de um processo complexo, cuja duração não pode ser pré-determinada. Todavia, é preciso que, durante o período que medeia entre o capitalismo e o comunismo, tradicionalmente chamado de socialismo, essa transformação esteja em andamento; que haja um retrocesso do trabalho assalariado e um avanço do trabalho associado.

Nada disso aconteceu em nenhuma das tentativas revolucionárias que se pretendiam socialistas<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> A esse respeito, ver, de nossa autoria: *Trabalho associado e revolução proletária* e *Trabalho associado e extinção do Estado*.

Vale enfatizar, para evitar mal-entendidos, que não se tratou de erros. Tratava-se, em todos os casos, da ausência, no mais alto grau, daquelas condições objetivas – alto desenvolvimento das forças produtivas, universalização da revolução e esgotamento das possibilidades de reprodução ampliada do sistema capitalista. Sem essas condições, nenhuma intervenção subjetiva poderia fazer avançar a revolução. Não importa que os dirigentes fossem Lenin, Trotski, Rosa, Stalin, Fidel, Mao ou qualquer outro. O caminho estava inteiramente bloqueado. Certamente, a forma concreta poderia variar, como variou, dependendo da direção. No entanto, a essência conduziria todos ao mesmo beco sem saída: a impossibilidade de avançar em direção ao comunismo.

Incidentalmente, é importante que se esclareça que a afirmação de que nenhuma dessas tentativas teve um caráter essencialmente socialista não significa, de modo nenhum, o desconhecimento, o desmerecimento ou o apequenamento das enormes consequências positivas que essas lutas tiveram.

Para compreendermos melhor o que é uma revolução, tomemos como exemplo a revolução burguesa. Como toda revolução, ela é um complexo de complexos, vale dizer, um conjunto de aspectos – econômicos, políticos, sociais, ideológicos, jurídicos, filosóficos, científicos, artísticos, etc. Trata-se, portanto, de uma totalidade. Entre todos esses aspectos houve, certamente, uma determinação recíproca. Todavia, um deles teve o papel fundamental: a dinâmica de reprodução do capital. Foi ele que, nascido no interior do sistema feudal, impulsionou transformações em todas as esferas sociais. Mas, não há produção e reprodução do capital, em escala ampla e profunda, sem trabalho assalariado. Somente o encontro de força de trabalho livre com o capital, inicialmente mercantil e depois industrial, pode configurar o fundamento da nova forma de sociabilidade.

O exame desse processo nos permite, pois, afirmar que a mudança na forma do trabalho (transformação da natureza; produção da riqueza material), isto é, a eliminação do trabalho servil e a instauração do trabalho assalariado, foi o elemento fundamental para a entificação da sociedade burguesa. Não se trata, apenas, de fazer referência aos aspectos econômicos, mas àquele que, entre eles, é o mais essencial: a forma do trabalho. Deste modo, podemos afirmar que a essência de toda e qualquer revolução é a mudança na forma do trabalho.

O que nos interessa, no entanto, não é o estudo nem da revolução em geral e nem da revolução burguesa. Nosso objetivo é compreender a revolução proletária e a situação em que nos encontramos, hoje.

Qual a diferença essencial entre a revolução burguesa e a revolução proletária. Conforme Marx já esclarecia no texto *Glosas críticas marginais ao artigo O Rei da Prússia e a Reforma Social. De um prussiano*, a revolução burguesa é uma *revolução social com alma política*, isto é, ela muda a forma do trabalho, mas mantém a propriedade privada, a exploração e a dominação do homem pelo homem. Ao contrário disso, a revolução proletária deverá ser uma *revolução política com alma social*, vale dizer, ela começará pelo aspecto político, isto é, pela eliminação do Estado para, em seguida, suprimir a propriedade privada e toda forma de exploração e dominação do homem pelo homem. A primeira substitui, como já vimos, o trabalho servil pelo trabalho assalariado. A segunda substitui o trabalho assalariado pelo trabalho associado. Claro que há outros aspectos importantes que diferenciam uma revolução burguesa de uma revolução proletária. Por exemplo, a questão do(s) sujeito(s); a questão do Estado; a questão da democracia e outras. O que, porém, nos interessa, aqui, é acentuar a questão mais essencial: o papel ontológico do trabalho e o papel subordinado da dimensão política. Considerando o politicismo que marca a ampla maioria das concepções marxistas de revolução, isto nos parece da maior importância.

Infelizmente, todas as tentativas revolucionárias que se pretendiam socialistas se viram, como mencionamos acima, inteiramente bloqueadas por um conjunto de circunstâncias entre as quais sobressaem três, intimamente articuladas e essenciais: o baixo desenvolvimento das forças produtivas, a não universalização da revolução e o não esgotamento das possibilidades de reprodução ampliada do sistema capitalista. Estas, aliadas a outras circunstâncias, tornaram inteiramente impossível o avanço em direção ao comunismo. Todavia, todas essas tentativas realizaram, cada uma a seu modo, transformações de fundamental importância na dimensão política. Todas elas começaram por destruir o Estado burguês, o que é um dos elementos fundamentais da revolução proletária. Na impossibilidade de avançar em direção àquilo que é a essência da revolução proletária – supressão do trabalho assalariado e instauração do trabalho associado – os aspectos políticos adquiriram uma relevância e uma proeminência que não deveriam ter. Passou-se, então, na teoria e na prática da centralidade do trabalho para a centralidade da política<sup>3</sup>.

Faz-se necessário, aqui, um pequeno excursão para esclarecer algumas questões e evitar frequentes mal-entendidos. Falamos em centralidade do trabalho e centralidade da política. Muitas vezes isso é entendido como atribuir exclusiva importância ao trabalho (econômica, sociológica, etc.) e desmerecer a dimensão política. Esclareçamos, então. Por centralidade do trabalho entendemos, em primeiro lugar, centralidade ontológica, isto é, o fato de o trabalho ser a categoria

---

<sup>3</sup> A esse respeito, ver, de I. Tonet e A. Nascimento: *Descaminhos da esquerda: da centralidade do trabalho à centralidade da política*.

fundante do ser social. A esse respeito parece-nos que Marx é meridianamente claro, tanto em textos da juventude quanto da maturidade. Suas afirmações são tão conhecidas que não há necessidade de citá-las. Em segundo lugar, por centralidade do trabalho entendemos centralidade política do proletariado, vale dizer, a constatação de que essa classe é aquela que tem por tarefa conduzir até o fim o combate ao capital. É, como diz Marx, a “única classe verdadeiramente revolucionária”. Outras classes e segmentos de classes poderão se juntar ao processo revolucionário, mas a direção – teórica e prática – caberá apenas ao proletariado. Em terceiro lugar, por centralidade do trabalho entendemos o fato de que é o trabalho que deve comandar o processo revolucionário no período de transição do capitalismo ao comunismo. Isto significa que as tarefas essenciais da revolução estão postas na dimensão do trabalho, isto é, como já indicamos, na supressão do trabalho assalariado e na instauração do trabalho associado. Todas as outras dimensões sociais devem estar subordinadas a essa tarefa essencial.

Também é importante deixar claro o que entendemos por centralidade da política. Neste caso, trata-se de atribuir à dimensão política, cujo núcleo essencial é o Estado, a tarefa de dirigir o processo revolucionário. Mas, a palavra dirigir pode ser enganosa. Ela pode ser entendida no sentido de direção política ou direção ontológica. É claro que uma revolução precisa de direção. De maneira nenhuma negamos que seja necessária uma direção política. Mas, esta direção política, como já afirmamos acima, deve estar subordinada à direção ontológica, isto é, às tarefas essenciais que devem ser realizadas e que nascem do que há de mais essencial na realidade social: o trabalho. À política cabe traduzir em ação prática essas tarefas. Daí a grande importância dela. No entanto, se, por alguma circunstância, essa tradução prática não for possível, todo o processo se verá fatalmente bloqueado e deformado. O fracasso de todas as tentativas revolucionárias que se pretendiam socialistas é a prova empírica da verdade dessa afirmação.

### **3. O que é contrarrevolução?**

A onda revolucionária, de modo especial as revoluções chinesa, cubana e vietnamita, mas também as chamadas guerras de libertação nacional, que varreu o mundo a partir da revolução russa, causou enorme preocupação à burguesia. Ela viu ameaçado o seu poder em uma enorme parte do mundo e, no horizonte, a possibilidade de uma derrocada completa.

Isto levou-a a adotar medidas que se contrapusessem ao processo revolucionário. Após conseguir impedir a universalização da revolução, adotou medidas – econômicas, políticas, ideológicas e militares – que contribuíram enormemente para frear aquele ímpeto revolucionário.

Estas medidas, aliadas à falta de condições objetivas, naquele momento, para a superação do capitalismo, e aos descaminhos da esquerda, deram origem a uma situação que, aos poucos, foi levando à completa derrota do projeto revolucionário.

A partir disso, a humanidade está atravessando, há décadas, um período no qual não houve nenhuma tentativa de superação radical do capitalismo. Isto não quer dizer que não tenha havido muitas lutas, dos mais diversos tipos. Nenhuma delas, no entanto, tinha um caráter revolucionário, isto é, propunha a superação radical do capitalismo. Todas elas tinham como objetivo ou a libertação do jugo colonial ou a eliminação dos aspectos mais gravosos do capitalismo.

Conjugaram-se, assim, ao longo desse processo, dois aspectos que confluíram para caracterizar esse período com um longo momento profundamente contrarrevolucionário. De um lado, a perda, teórica e prática, pelos trabalhadores, da perspectiva revolucionária e a assimilação de uma perspectiva reformista. De outro lado, sucessivas vitórias do capital, resultando em grandes transformações na própria classe proletária e no conjunto dos trabalhadores<sup>4</sup>.

O que caracteriza, então, o momento atual? De um lado, uma crise cada vez mais intensa, mais ampla e mais profunda do capitalismo, da qual ele não consegue encontrar, como era comum nas crises periódicas, uma saída que garanta um período de estabilidade. De outro lado, um desnorreamento ideológico, político e organizativo dos trabalhadores, permitindo ao capital, mesmo na vigência dessa crise violenta, avançar em sua marcha de consequências imensamente perversas para a humanidade. De um lado, o avanço, cada vez mais intenso, do conservadorismo, do reacionarismo, tanto teórica quanto praticamente. De outro lado, o reformismo, caracterizando, de forma diversa, a maioria do pensamento e das práticas da esquerda.

#### **4. As tarefas atuais dos revolucionários**

Mas, como dizia Marx, a “velha toupeira” da revolução continua escavando! Apesar de todas essas transformações, derrotas e dificuldades, as classes e a luta de classes não desapareceram. Bem ao contrário, ela nunca esteve tão acirrada e violenta como nos tempos atuais. E, uma coisa é certa: a vitória absoluta do capital é impossível, pois ela implicaria a supressão daquele que dá vida ao capital. Ao contrário, a vitória integral do trabalho, embora de modo nenhum inevitável, é uma possibilidade real. O capital não pode suprimir o trabalho, mas o trabalho pode suprimir o capital. Mais ainda: as vitórias, mesmo temporárias, do capital, terão consequências sempre mais devastadoras e desastrosas para a humanidade. Ao contrário, a vitória do trabalho só terá consequências positivas porque permitirá a todos os seres humanos viver uma vida digna.

---

<sup>4</sup> Sobre essas vitórias do capital e essas transformações, a bibliografia é extensa e muito conhecida.



Essa vitória do trabalho, no entanto, implicará um esforço e uma dedicação muito grandes da parte de todos aqueles que quiserem contribuir para que ela se efetive.

Diante da conjuntura contrarrevolucionária atual, dois grandes tipos de tarefas se impõem, hoje, aos revolucionários. O primeiro tipo é teórico, o segundo, prático. É ocioso dizer que os dois não podem ser considerados isoladamente, mas devem estar articulados.

Teoricamente, a primeira e mais importante é o resgate do pensamento revolucionário de Marx. Considerando as inúmeras deformações que ele sofreu – determinismo, economicismo, utopismo, dogmatismo, desconsideração pelo indivíduo e pela subjetividade, politicismo, etc – tanto por parte dos adversários quanto por parte de seguidores, essa tarefa é de extraordinária importância. Sem desconsiderar as enormes e fundamentais contribuições de inúmeros outros autores, Marx é, inegavelmente, o autor mais importante.

Para a maioria dos intelectuais, Marx não passa, hoje, de um “cachorro morto”. Não por acaso, esses intelectuais também abriram mão, se alguma vez acreditaram nisso, de qualquer perspectiva revolucionária em relação à atual ordem social.

Contudo, para aqueles que entendem que o capitalismo agrava cada vez mais os problemas da humanidade e, portanto, deve ser superado, a reconstrução da teoria revolucionária é uma das tarefas mais importantes nesse momento. E, no seu interior, o resgate do pensamento marxiano ocupa um lugar centralíssimo. Ambas as tarefas tem uma enorme urgência e importância, dado o extravio e a confusão em que se vê enredada a luta anticapitalista na atualidade.

Resumindo uma problemática extremamente complexa, podemos dizer que dois aspectos fundamentais caracterizam o pensamento de Marx. Primeiro: o caráter radicalmente crítico, isto é, de ir até a raiz do mundo e de compreender todo e qualquer aspecto a partir dessa raiz. Segundo: o caráter radicalmente revolucionário, vale dizer, a fundamentação da possibilidade de mudar o mundo todo a partir da sua matriz. Esses dois aspectos estão umbilicalmente ligados. Considerar um sem levar em conta o outro é desnaturar o pensamento desse autor.

Ora, como ele mesmo apontou várias vezes<sup>5</sup>, a raiz do mundo social é o trabalho, isto é, a transformação da natureza. É, pois, preciso resgatar o trabalho como categoria fundante do ser social e a partir dele compreender todas as outras dimensões da atividade humana. É partindo da

---

<sup>5</sup> Nos *Manuscritos econômico-filosóficos*, em *A ideologia alemã*, em *O Capital*.

matriz do trabalho que Marx lança os fundamentos de uma concepção radicalmente nova de mundo e também de uma concepção radicalmente nova de produzir conhecimento científico e filosófico<sup>6</sup>.

A segunda tarefa teórica será, a partir desses fundamentos ontometodológicos, compreender todo o processo histórico desde os seus primórdios, bem como os elementos essenciais da sociedade capitalista, especialmente a crise atual. Desse modo, será possível fundamentar a possibilidade e a necessidade da revolução bem como a centralidade política do proletariado como seu sujeito fundamental e a natureza específica da revolução proletária.

Esse resgate também será fundamental para fazer a crítica de todo tipo de conservadorismo e de reformismo bem como dos descaminhos da razão atual.

Praticamente, a grande tarefa é resgatar a centralidade política do trabalho, isto é, contribuir para que o proletariado retome a sua tarefa fundamental de dirigente do processo revolucionário<sup>7</sup>.

Esse resgate também implica a atribuição de prioridade às lutas extraparlamentares e especialmente às lutas nos locais da produção, buscando conferir a essas lutas um caráter cada vez mais anticapitalista e antiestatal. Além do mais, também subordinar todas as lutas no interior do parlamento e do Estado às lutas extraparlamentares.

Mais ainda: realizar intensas campanhas de agitação e propaganda visando explicar aos trabalhadores a natureza do capitalismo e do Estado, a natureza e a importância da destruição do capital e do Estado e da construção de uma sociedade fundada no trabalho de todos e na igualdade substantiva.

E, por último, ao longo desse processo de lutas e agitação e propaganda, buscar a construção de formas de organização dos trabalhadores independentes tanto do Estado como do capital. Organizações que desemboquem em partidos realmente revolucionários.

Como se pode ver, as tarefas para enfrentar esse momento contrarrevolucionário são imensas e complexas. É preciso ter convicções solidamente fundamentadas para enfrentar um mundo que afirma, por praticamente todos os meios, teóricos e práticos, que a superação do capitalismo e a construção de uma sociedade comunista é impossível. Essa solidez tem como

---

<sup>6</sup> A esse respeito, ver *Marx - Estatuto ontológico e resolução metodológica*, de J. Chasin, *Método científico: uma abordagem ontológica e Marxismo para o século XXI*.

<sup>7</sup> Infelizmente, por um conjunto de circunstâncias históricas, o proletariado está, hoje, ausente, como classe, dessa tarefa. Para compreender melhor essa ausência, sugerimos a leitura de *Para além do capital*, de I. Mészáros; *A crise do movimento comunista*, de F. Claudín; *Descaminhos da esquerda: da centralidade do trabalho à centralidade da política*, de I. Tonet e A. Nascimento e *O grande ausente*, de I. Tonet.

exigência o estudo sério das obras de Marx, condição absolutamente necessária para compreender todo o processo histórico e especialmente o mundo atual. Não só Marx, mas também os outros clássicos do marxismo – Engels, Lenin, Trotski, Rosa, Gramsci, Lukács, para citar apenas os que consideramos mais importantes, E, além disso, a exemplo do próprio Marx, inúmeros outros autores, que também contribuem para a compreensão do mundo. Vale acentuar que, nesses estudos, é preciso evitar toda leitura talmúdica e dogmática. Traduzir o mundo real, em sua lógica própria, sempre foi o objetivo de Marx.

## Referências bibliográficas

- CHASIN, J. *Marx - Estatuto ontológico e resolução metodológica*. São Paulo, Boitempo, 2009
- CLAUDÍN, F. *A crise do movimento comunista*. São Paulo, Global, 1985
- LESSA, S. *Para compreender a ontologia de Lukács*. Ijuí, Unijuí, 2007
- \_\_\_\_\_, *Mundo dos homens*. São Paulo, Instituto Lukács, 2012
- LUKACS, G. *Para uma ontologia do ser social*. São Paulo, Boitempo, 2013
- \_\_\_\_\_, *Prolegômenos para uma ontologia do ser social*. São Paulo, Boitempo, 2010
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo, Boitempo, 2002
- MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo, Boitempo, 2004
- \_\_\_\_\_, *Glosas críticas marginais ao artigo O Rei da Prússia e a Reforma Social. De um prussiano*. São Paulo, Expressão Popular, 2010
- MARX, K. e ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo, Expressão Popular, 2009
- TONET, I. *Método científico – uma abordagem ontológica*. São Paulo, Instituto Lukács, 2013
- \_\_\_\_\_, Trabalho associado e revolução proletária. *Novos Temas*, n. 5/6, 2011/2012
- \_\_\_\_\_, Trabalho associado e extinção do Estado. *Rebela*, v.3, n. 2, 2014
- TONET, I. e NASCIMENTO, A. *Descaminhos da esquerda: da centralidade do trabalho à centralidade da política*. São Paulo, Alfa/Omega, 2009